

De Architectura de Vitruvius e *Thamugadi*: Teoria e Prática*

Regina Maria da Cunha Bustamante

Résumé:

Dans plusieurs situations, théorie et pratique se trouvent dissociées. Vitruvius, dans son oeuvre De Architectura, a exposé les principes des anciens romains dans cet art. Mais est-ce que ce serait que ces principes architectoniques ont été mis réellement en pratique pendant l'Empire Romain? Qu'est-ce qu'ils représentaient pour celle société-là? Pour répondre ces questions, on a développé, dans cet article, la confrontation du traité de Vitruvius avec la plan de la ville nord-africaine, Thamugadi, actuelle Timgad en Algérie. Le climat sec et la faible occupation urbaine dans cette région ont permis que celle ville-là préserve vestiges architectoniques significatifs et, pour ça, elle a été surnommée de "Pompéi algérienne".

I. A teoria: De Architectura de Vitruvius

O único tratado de arquitetura da antiguidade romana que sobreviveu foi o de Vitruvius. *De Architectura* foi escrito no final do século I a. C., quando Roma estava em pleno processo de expansão no Mediterrâneo, durante o governo de Augusto. Consagrada como cidade hegemônica, centro do mundo mediterrâneo, capital geográfica de um grande Império, símbolo de uma civilização orgulhosa, Roma procurava em termos arquitetônicos representar tal posição. *De Architectura*, dedicada a Augusto (*Vitruvius. De Architectura. Dedicatória*), tem como objetivo explícito orientá-lo na reforma de Roma. Mais que embelezar a cidade, Vitruvius (*Ibidem*) estava ciente de que as obras públicas empreendidas por Augusto tinham a intenção de registrar para a posteridade tanto a grandeza de Roma como a de seu então governante:

* Este artigo foi apresentado na IX Reunião Anual da Sociedade Brasileira de Estudos Clássicos, entre 2 e 6 de outubro de 1995 no Rio de Janeiro, e está baseado em estudos realizados para a tese de doutorado do Curso de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio de Janeiro sob orientação do Prof. Dr. Ciro Flamarion Cardoso e com apoio financeiro da CAPES.

(...) pensavas [Augusto] (...) também na conveniência de dotar a cidade de edifícios públicos, para que não somente se visse enriquecida com novas províncias, mas que, pelo ornato de suas magníficas construções, correspondesse à majestade do Império (...)

(...) posso apreciar os muitos edifícios que construístes e os que segues construindo e os muitos que, tanto públicos como particulares, tens intenção de erguer, em relação com a grandeza de tuas façanhas, a fim de que permaneçam na memória da posteridade.

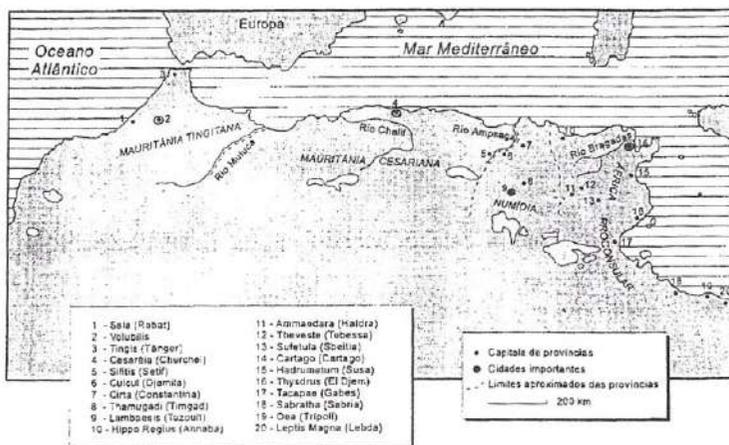
Vitrúvio (I, 3) dividiu a construção de acordo com o seu uso: a edificação de muralhas e prédios públicos e a edificação de casas particulares. O assunto foi abordado sob o ponto de vista prático e estético. Nos dois tipos de construção, três princípios básicos deviam ser obedecidos: a solidez, a utilidade e a beleza. O primeiro princípio seria alcançado através da firmeza do cimento, assentado sobre terreno firme, sem regatear avaramente os melhores materiais que se possa escolher. A utilidade seria o fruto da exata distribuição de modo que cada coisa fosse disposta em seu devido lugar e tivesse tudo o que lhe fosse próprio e necessário. Finalmente, a beleza dependeria do aspecto agradável e do bom gosto da construção, resultantes da devida proporção (euritmia, simetria e decoro) de todas as suas partes.

2. A prática: Thamugadi

Thamugadi foi a mais recente das colônias não honorárias na África Romana. O sentido de colônia não implicava necessariamente na criação de uma cidade. O mais relevante era a noção jurídica, pois, dependendo do tipo de colônia, envolvia direitos plenos de cidadania aos colonos. Assim, se havia colônias construídas como focos de romanização, por outro lado, Roma incentivava também a lealdade das comunidades locais através da concessão do título honorífico de colônia como recompensa por sua fidelidade, quando sua evolução interna tornasse possível, desejável ou necessária esta transformação, tanto para seus habitantes como para a administração imperial. Na África, mais de 50 antigas cidades indígenas receberam o título de colônia honorária (Lavedan e Hugueney: 1966, p. 340). Distintamente deste tipo de colônia, *Thamugadi* foi uma colônia construída. Devido ao seu nome, há uma controvérsia quanto à sua origem, surgindo então diversas hipóteses: a cidade foi um antigo assentamento berbere (Manton: 1988, p. 99); a cidade foi criada *ex nihilo* e o seu nome seria apenas a manutenção da denominação pré-romana para o local, na medida em que não se encontrou nenhum vestígio de *habitat* anterior à construção da colônia (Lepelley: 1981, p. 444); a cidade teria sido precedida por um posto militar da *Legio III Augusta*, antes de sua instalação em *Lambaesis*

(Saumagne: 1962, pp. 506-8; Lavedan e Hugueney: 1966, p. 434; Leschi: 1952, p. 107), hipótese descartada por Gascou (1972, pp. 98-9).

Marciana Traiana Thamugadi, este é o nome oficial da colônia romana de acordo com a inscrição encontrada no *atrium* do fórum de *Thamugadi* (C. I. L. VIII, 2355). *Marciana* lembrava a irmã do imperador Trajano; *Traiana* por ter sido fundada no governo deste imperador que foi homenageado com um grandioso arco no início da estrada para *Lambaesis*, sede da *Legio III Augusta*; e *Thamugadi*, talvez denominação pré-romana para o local. Criada por volta do ano 100¹, nas proximidades da região montanhosa do Aures, no interior da Numídia, *Thamugadi* foi erguida pelos veteranos, que lutaram na Guerra Parta na *Legio Ulpa Victrix*, integrante da *Legio III Augusta*, e sob a direção do legado imperial, *Munatius Gallus*. Os veteranos receberam terras nos arredores para se assentarem com suas famílias. Diferentemente da preocupação manifestada por Vitruvius (I, 4) com os "ares saníssimos" na escolha do local de uma cidade, havia um objetivo claramente paramilitar que norteava a construção de colônias por veteranos. Um soldado que serviu 20 anos era um homem experiente e ainda apto a pôr em prática esta experiência, caso fosse necessário, mesmo estando no momento dedicado à vida familiar e ao seu trabalho na terra. Apesar de tecnicamente a defesa da fronteira ser responsabilidade das legiões, as colônias de veteranos tiveram seu papel na manutenção da *Pax Romana*. A colônia de *Thamugadi*, um posto avançado do Império, situava-se numa vasta planície próxima ao Aures, na fronteira sul. Atendia aos interesses do Império Romano de se resguardar dos possíveis ataques de comunidades tribais nômades vindas da região montanhosa do Aures (ver MAPA 1).



MAPA 1: As províncias romanas da África do Norte no final do século II (Mahjoubi: 1983, p. 474)

Além de cumprir um objetivo paramilitar, *Thamugadi* desenvolveu seu papel como centro de romanidade numa região ainda bárbara. Neste aspecto, as colônias foram imagens, projeções, da *Urbs* fora de seu território. Grimal (1971, pp. 6-7) ressalta não apenas a sedução do luxo, o desejo de melhoria e a ociosidade à sombra dos vencedores, mas, extrapolando as comodidades materiais, destaca sobretudo a cidade romana como símbolo onipresente de um sistema religioso, político e social, um elemento chave para a romanização. A razão de ser da cidade era o desenvolvimento de uma vida coletiva entre seus habitantes; daí, a importância dos lugares de reuniões, dos edifícios públicos das mais diversas naturezas. Os seus habitantes participavam das magistraturas municipais de acordo com suas condições sócio-econômicas. A cidade possuía um caráter religioso e político-administrativo peculiar que lhe dava primazia sobre o campo ao redor, pois dela emanava a autoridade legal. No tocante à relação entre os habitantes da cidade e os do campo, Grimal (1971, p. 9) faz um interessante paralelo com a relação envolvendo os cidadãos romanos e os provinciais.

Houve ainda um outro aspecto presente na construção de *Thamugadi*: o econômico. A colônia foi um foco de desenvolvimento da exploração agrícola, que abasteceu inicialmente o exército na região e, posteriormente, atendeu ao mercado externo com produtos como o azeite e a lã ou as vestes de lã. A concessão de terras aos veteranos foi um estímulo a estas atividades econômicas (Greene: 1986, p.134). Vitruvius (I, 5) apontou inicialmente, de forma sucinta, a necessidade de campos circundantes suficientemente férteis para alimentar a população e reforçou esta posição com a narração da história entre o arquiteto Dinócrates e Alexandre Magno, em que este ressaltou a importância para uma cidade de um campo que lhe fornecesse produtos para que pudesse crescer, manter seus habitantes com abundância de víveres e assim tornar-se populosa (II, Introducción). A região conheceu, a partir do século II, uma grande prosperidade agrícola, principalmente da oleicultura, comprovada pelos vestígios de antigas prensas (MORIZOT: 1993, pp. 177-240). A riqueza, advinda desta atividade, fez com que *Thamugadi* ultrapassasse os primitivos contornos amuralhados e se tornasse um importante centro urbano de médio porte na África Romana. Tal como ocorreu em outras cidades norte-africanas, *Thamugadi* viveu na época severiana seu esplendor, expresso na construção de inúmeras obras: o arco de Trajano, a expansão das termas sul, o mercado de *Sertius*, o capitólio e o templo de *Aqua Septimiana Felix*². Lepelley (1981, p. 445) destaca que a cidade no Baixo Império caracterizou-se igualmente pela restauração de casas particulares e edifícios públicos, pela presença de um significativo acervo de mosaicos e pelos novos quarteirões, principalmente a oeste, em direção à catedral donatista. Neste sentido, encontrava-se uma das principais estradas de *Thamugadi* que ligava a cidade à *Lambaesis*.

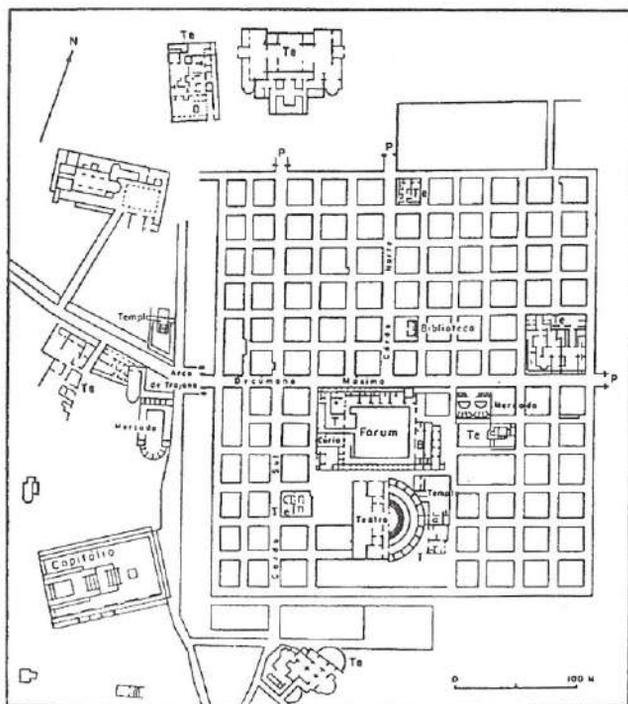
A relevância das estradas, dos rios e dos portos para uma cidade foi um outro ponto apresentado por Vitruvius (I, 5). Por ser uma região interiorana, a produção de *Thamugadi* era escoada através de uma malha viária. O principal portão da cidade, situado a oeste, o denominado Arco de Trajano, era o início de uma estrada bem pavimentada para *Lambaesis*, daí o arco também ser conhecido como Portão *Lambaesis*. Esta estrada era a continuação de uma outra construída no período republicano entre Cartago e *Theveste*. Inicialmente, de caráter militar, porque acompanhava a progressão dos exércitos, ela atendeu igualmente aos interesses administrativos ao unir a residência do procônsul da África Proconsular em Cartago com o quartel-general do comandante da *Legio III Augusta* em *Lambaesis*. Mas, a extensão da malha viária também foi a par com a expansão da vida municipal, na medida em que era necessária para o transporte de materiais de construção. Com o tempo, a estes papéis militar e político-administrativo das estradas somou-se o interesse comercial em manter o eixo norte-sul ligando o interior ao litoral. O sentido da produção era a exportação e o Mediterrâneo fazia o papel de liame no Império Romano.

3. A teoria na prática: o plano urbanístico de *thamugadi*

Através de Tito Lívio (*De Urbe Condita Libri* I, 7), tem-se a informação de que a construção de uma cidade, tomando-se como paradigma a fundação de Roma, era precedida de rituais religiosos como o exame dos auspícios visando assegurar, por signos visíveis, a aprovação dos deuses na escolha do local da cidade. Depois, fazia-se, em volta da futura cidade, com exceção dos lugares destinados aos portões, um sulco, uma espécie de linha de proteção mágica — o *pomerium* — com uma charrua com relha de bronze atrelada a uma bezerra e a um touro brancos, onde se construíam as muralhas. Acreditava-se que, da terra rasgada pelo sulco, surgiriam divindades infernais que tornariam a cidade religiosamente inviolável. Para os mesmos deuses, cavava-se uma fossa circular no ponto central da cidade, denominada de *mundus*, onde se depositavam oferendas. Três vezes ao ano, abria-se a laje, que tampava a fossa, quando então era possível a comunicação com os espíritos subterrâneos (Grimal: 1971, pp. 20-2).

Para a construção da cidade, Vitruvius (I, 3) estabeleceu três objetivos: defesa, religião e comodidade de seus habitantes. As torres, os portões e as muralhas, necessários à defesa e à segurança da cidade, deveriam ser pensados visando resistir aos assaltos dos inimigos. A preocupação do autor (I, 5) revelou indiretamente o caráter beligerante daquela época de conquista, havendo a possibilidade de resistência ou oposição à presença romana. O arquiteto propôs o formato circular ou poligonal porque o inimi-

go poderia ser avistado facilmente e não havia o inconveniente de ângulos agudos do formato ortogonal, que eram difíceis de defender. *Thamugadi* não seguiu este preceito de Vitruvius: a cidade foi construída como um tabuleiro de xadrez de aproximadamente 353 m X 322 m dividido em quarteirões de *insulae*, formadas pelas interseções das ruas (ver *PLANTA 1*). Tal configuração estava condizente com o plano urbanístico grego de Hipodamos. A localização de *Thamugadi* em uma planície facilitou este traçado. Contudo, após um século da fundação da colônia, com a prosperidade econômica e a *Pax Romana*, extrapolou-se o contorno amuralhado. Esta concepção ortogonal de cidade foi imposta pelos romanos às regiões despovoadas de planície. As muralhas, segundo Lavedan e Huguency (1966, p. 452), além de seu papel defensivo, eram o símbolo da cidade, já que delimitavam o espaço da civilização em contraposição à barbárie circundante.



PLANTA 1: Thamugadi na Numídia.

P: Porta; Te: Termas; B: Basílica; T: Pequeno templo do fórum, com tribuna para as arengas na sua fachada. (Auboyer e Aymard: 1976, p. 226, fig. 11)

De acordo com Vitruvius (I, 6), o traçado das ruas deveria estar orientado em sentido oposto à direção dos ventos para que quebrassem nos ângulos formados pelas quinas das casas e, rebatidos, se dispersassem. As ruas de *Thamugadi* estavam condizentes com a tradição etrusca³ dos dois eixos perpendiculares: o *cardo maximus* (direção norte-sul) e o *decumanus maximus* (direção leste-oeste). Este último era obtido a partir do nascer do sol do dia da fundação da cidade com a *groma* ou *gruma*, pequeno instrumento de agrimensura; depois, traçava-se perpendicularmente o *cardo*. A partir desta interseção, estabeleciam-se distâncias iguais, no fim das quais haveria os portões principais da cidade. *Thamugadi* teve seu *cardo* interrompido com a construção do fórum e do teatro e, por isso, seus portões não coincidem com os pontos cardeais (ver *PLANTA I*). Assim sendo, devido à área na zona sul reservada aos edifícios públicos, houve a ruptura na justaposição de quadrados iguais da cidade.

O segundo item relevante para Vitruvius na construção de uma cidade era a religião. O autor (III e IV) preocupou-se muito com a edificação de templos. O aspecto religioso entretanto não deixava de ter um caráter defensivo: enquanto as muralhas eram uma proteção contra os perigos visíveis, os templos forneciam uma proteção de natureza diversa mas igualmente importante. A proteção dos deuses superiores, em especial da tríade Júpiter — Juno — Minerva, era invocada através do capitólio, que devia ser erguido num local elevado no centro da cidade para que as divindades pudessem olhar por toda a cidade (*Vitruvius* I, 7). Neste aspecto, *Thamugadi* construiu seu capitólio numa colina, mas fora de suas muralhas (ver *PLANTA I*). Reconhece-se o capitólio pela tripla *cella* (capela) no interior de uma única colonata e pela escada monumental ao pé da qual havia um altar destinado aos sacrifícios solenes. Grimal (1971, p. 65) levanta, como hipótese explicativa para a localização do capitólio além das muralhas, a existência de um culto nômada anterior situado na mesma colina do capitólio. Era comum que os templos de divindades indígenas, geralmente de tamanho menor que os dos romanos, fossem erguidos em lugares elevados e na periferia da cidade. Além disso, freqüentemente, houve a associação entre as divindades greco-romanas com as locais, tais como: Saturno a Baal-Hamon e Juno Celeste a Tanit (Mahjoubi: 1983, pp. 504-9). O capitólio encarnava a majestade e o poder do povo romano e inseria-se na religião oficial, que unificava o Império Romano. A fidelidade a Roma exprimia-se pela observância das práticas religiosas, elemento significativo da civilização romana. Os membros do *ordo decurionum*, que alcançavam o apogeu em sua carreira municipal, desejavam ser investidos da dignidade de flâmines perpétuos, sacerdotes responsáveis, frente à cidade, pelo culto ao casal imperial deificado. Mesmo no Baixo Império, quando a cristianização se expan-

dia, este desejo ainda se fazia presente, como comprovam as inscrições epigráficas (C. I. L. VIII 2387; VIII, 2388; VIII, 2403. A. É.: 1895, 108; 1913, 25; 1949, 134. B. A. C. T. H. S.: 1907, p. 262), indicando o esvaziamento do conteúdo religioso do título mas a manutenção da sua importância política. Além disso, a assembléia provincial, composta por todos os representantes das assembléias municipais (cúrias), reuniam-se anualmente em Cartago para escolher o flâmine provincial, o grande sacerdote responsável pela celebração do culto oficial em toda a província⁴.

Dos templos identificáveis em *Thamugadi*, além do capitólio, havia o de Mercúrio, que se encontrava perto do fórum, onde se realizavam as atividades políticas e comerciais. Vitruvius (I, 7) que determinava uma maior proximidade ainda entre este templo e o fórum. O templo de Ceres, que deveria, segundo o arquiteto romano (I, 7), se situar fora da cidade, devido à preocupação em resguardá-lo das impurezas que contaminassem a sua santidade, fora construído dentro das muralhas. Os templos e as imagens dos deuses deveriam estar voltados para o poente, ou seja, o oeste (*Vitruvius* IV, 5). O capitólio thamugadense seguiu este preceito mas, quanto aos outros templos é difícil determinar. Entretanto, Vitruvius (IV, 8) estava ciente de que não se podia fazer da mesma maneira templos para todos os deuses porque eram diversos os cultos e as cerimônias. Na África Romana, em especial a arquitetura relacionada às práticas religiosas e funerárias conservou alguns traços locais nômada-púnicos. Naturalmente, a romanização transformou até certo ponto a religião tradicional: a presença de figuras no estilo greco-romano nas estelas (ver *p. ex.* Khader e Soren: 1987, pp. 20, 44, 179-180, 219) substituindo em parte os símbolos abstratos (ver *p. ex. ibidem*, pp. 150-1, 180), a língua púnica desapareceu dos ex-votos, além da citada assimilação das divindades greco-romanas às locais. Contudo, mesmo quando os textos das dedicações eram escritos em latim, manteve-se com notável constância a lembrança de fórmulas tradicionais (Mahjoubi: 1983, p. 506). A dominação romana não chegava a impedir os autóctones de manifestarem uma devoção fiel a suas divindades tradicionais, contanto que esta não atrapalhasse o culto oficial romano.

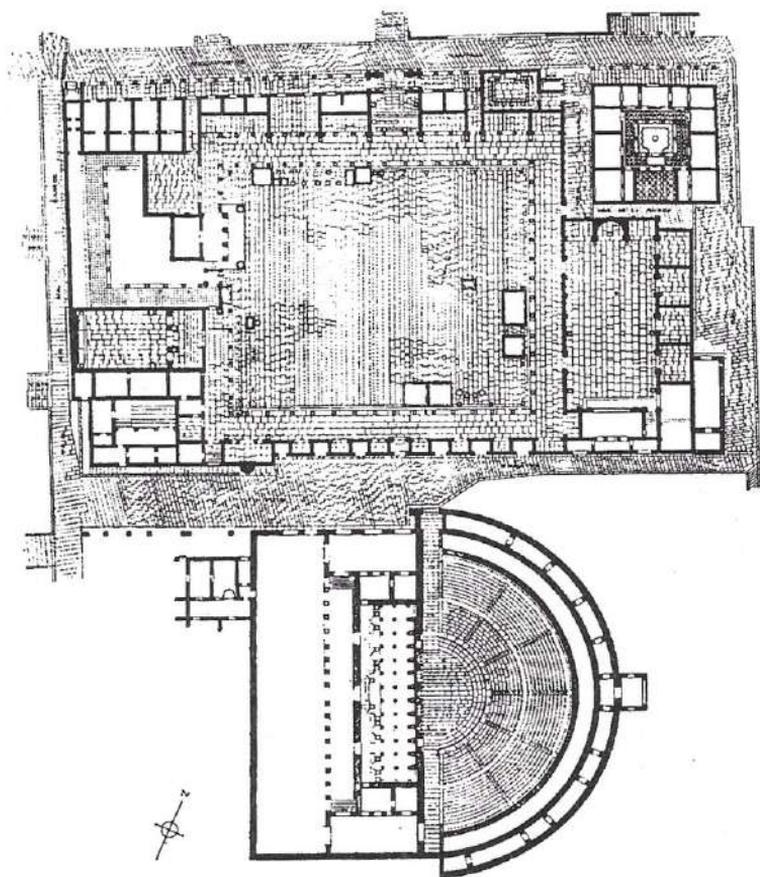
Por fim, a comodidade dos habitantes, o terceiro aspecto ressaltado por Vitruvius na construção de uma cidade. Este aspecto compreende todos os lugares de uso público, tais como o porto, as praças, os pórticos, as termas, o teatro, o fórum, os mercados e as calçadas. Cumpridas as cerimônias religiosas da fundação da cidade, demarcados o *cardo maximus*, o *decumanus maximus* e as muralhas, era feita a distribuição das ruas. Os *cardines* e *decumani* secundários seriam traçados de acordo com os dois eixos principais. A via pública serviu para especializar o tráfego ao separar os pedestres dos veículos. As calçadas eram uma herança etrusca (Lavedan

e Hugueneu: 1966, p. 460) e *Thamugadi* as têm perfeitamente conservadas. Os pórticos faziam parte da calçada e tinham as funções de decoração urbana e de aumentar a segurança e o conforto do pedestre ao protegê-lo do sol e da chuva.

Depois disto, cabia eleger as áreas apropriadas à convivência e ao uso comum da população. Vitruvius (I, 7) aconselhou as cidades litorâneas a terem seu mercado perto do porto, enquanto que, para as interioranas, o melhor seria o centro das cidades. *Thamugadi* seguiu este preceito vitruviano. Sendo interiorana, inicialmente, a colônia construiu seu mercado no centro (vide *PLANTA 1*). Porém, com o progresso econômico durante o período severiano, um rico cidadão, *Sertius*, ofereceu à cidade um outro mercado, de maiores proporções, na parte oeste do exterior das muralhas, perto do capitólio (ver *PLANTA 1*). Edificou, mesmo, sua própria *domus*, próxima ao local, aproveitando-se do espaço das muralhas desmornadas. A escolha do setor oeste para a edificação do novo mercado seguiu critérios bem pragmáticos: a contiguidade à principal estrada da cidade e a proximidade do quarteirão industrial, organizado extra-muros, na área sul, em forma triangular, quando da prosperidade econômica da região. Os mercados serviam para abastecer a população urbana com a produção local ou externa, que chegava através do sistema viário. A manutenção da atividade comercial da cidade no Baixo Império pode ser comprovada através de duas inscrições epigráficas (A. É.: 1906, 26; 1954, 155) informando sobre a instalação de tábuas de medidas com os recipientes de bronze para o trigo e vinho, cuja utilidade fiscal foi estabelecida pelo *C. Th.* XII, 6, 21.

Geralmente, em cidades de plano regular, como em *Thamugadi*, o fórum se localizava na interseção do *cardo maximus* com o *decumanus maximus* (ver *PLANTA 1*). Em volta do fórum, foi que a cidade que a própria cidade de Roma se desenvolveu. Segundo Vitruvius (V, 1), primitivamente, no fórum romano, ocorriam os jogos de gladiadores, o que exigia, para a comodidade da platéia, um espaço maior entre as colunas do que aquele existente entre as colunas do ágora grego. O tamanho do fórum era condizente com a densidade populacional e seu formato retangular atendia às exigências de maior visibilidade dos espetáculos. Esta função primitiva foi substituída por outras. O fórum tornou-se o centro da vida pública e comercial porque ali aconteciam as assembléias municipais e as transações entre as associações de grupos de comerciantes. No contorno do fórum, estabeleceram-se lojas de comerciantes em seu contorno, que se abriam para o seu lado exterior, composto pela colonata (ver *PLANTA 2*), no caso de *Thamugadi*, em estilo coríntio. Havia ainda andares superiores com balcões (*maeniana*) para atender a este mesmo tipo de atividade. Por ser um espaço público muito freqüentado, as necessidades fisiológicas dos habitantes

da colônia também foram previstas na sua construção: em um ângulo do fórum, havia 26 latrinas públicas, que eram vasos de 60 cm, separados uns dos outros por uma laje em pé e suspensos sobre o vazio, em cima de um canal. Um canaleta de água e um sistema aperfeiçoado de esgoto permitiam manter limpos esses lugares, comumente utilizados pela maior parte da população, já que inexistiam acomodações desta natureza nas casas populares. No subsolo das grandes vias da cidade, havia uma rede de esgoto cuja largura era invariavelmente de 0,40 m, a altura variava entre 1,00 m e 1,80 m (Lavedan e Huguenev: 1966, p. 458).



PLANTA 2: Fórum e teatro de Thamugadi (Féurier: 1990, fig. 33, p. 23)

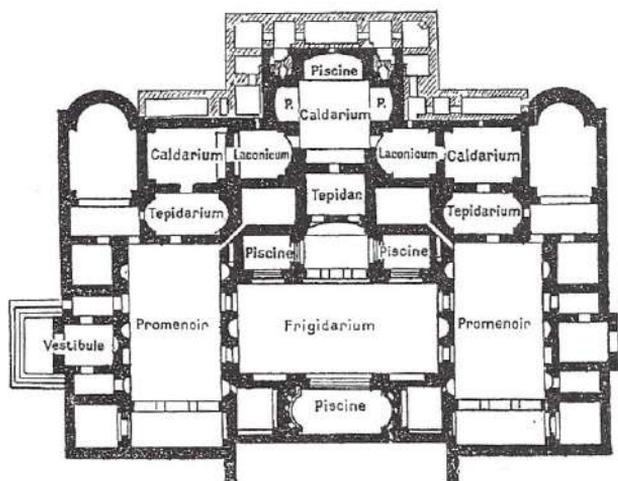
O interior do fórum era repleto de estátuas: de imperadores, de legados proprettores, de evergetas e do sátiro Marsias⁵, símbolo das imunidades municipais (Clavel-Lévêque e Lévêque: 1984, p. 153). Anexos ao fórum, encontravam-se ainda um templo, a basílica e a cúria (ver *PLANTAS 1 e 2*). Este templo, em *Thamugadi*, era dedicado à Fortuna já que o capitólio fora construído além das muralhas. Clavel-Lévêque e Lévêque (1984, p. 153) sugerem que no templo da Fortuna poderia ocorrer o culto imperial, condizente com a função político-administrativa do complexo do fórum. Na basílica, os cidadãos tinham uma espécie de sala de justiça para os litigantes recorrerem aos magistrados sobre suas pendências particulares e para discutir sobre atividades oficiais. Havia naves laterais, separadas por colunatas, para impedir que conversas incomodassem as funções jurídicas, que ocorriam na parte da frente do semicírculo, onde se edificava um estrado para que os magistrados exercessem suas funções (*Vitruvius V, 1; PLANTAS 1 e 2*). Gradativamente, a basílica foi se tornando o lugar por excelência da aplicação da justiça.

Próxima à tribuna para os discursos, localizava-se a cúria (ver *PLANTAS 1 e 2*). Esta última era uma sala para as reuniões do Senado local, composto, nas províncias, pelos membros do *ordo decurionum*. A altura da cúria era superior à da basílica, porque se procurava fornecer uma boa audição para as discussões e uma impressão de majestade digna da importância destas assembléias (*Vitruvius V, 2*). A cúria simbolizava o espírito oligárquico da cidade romana, ao reunir a elite local para administrar a vida municipal. Para exercer uma magistratura municipal, era necessário possuir recursos, já que não se recebiam honorários e ainda se pagavam ao tesouro somas proporcionais ao tamanho da cidade e ao cargo pretendido. O Império Romano conseguiu assim a adesão da oligarquia municipal ao “modo de vida romano”. Os decuriões ofereciam banquetes e espetáculos e esforçavam-se em embelezar sua cidade, reformando e construindo edifícios públicos, visando aproximá-la do modelo ideal, Roma. Para os decuriões, era uma forma de agradecer ao povo as honras que lhes concedia. Esta atividade de construção, quase obrigatória caso desejassem obter um cargo, foi responsável pela magnificência das cidades norte-africanas durante os séculos II e III. Além do mercado de *Sertius*, citado anteriormente, em *Thamugadi* as inscrições epigráficas fornecem outros casos, tais como: a construção da biblioteca pública graças aos 400.000 sestércios legados por *M. Julius Quintianus Flavius Rogatianus* (*I. L. S. 9362*); a restauração dos quatro lados do grande pórtico do capitólio (*Ibidem 5554 = C. I. L. VIII, 2388*) e dos pórticos do templo de Mercúrio (*B. A. C. T. H. S.: 1907, p. 274*) por magistrados municipais; a inauguração de uma *platea* (avenida ou praça com pórticos) restaurada e uma ponte ornada com decoração esculpida cujos

trabalhos foram pagos pela munificência de *C. Statulenus Vitalis Aquilinus* (Kolbe: 1967, p. 4); e a oferta de uma estátua do Gênio da cidade por um evergeta anônimo (B. A. C. T. H. S.: 1893, p. 162). As inscrições epigráficas demonstram a participação ativa dos cidadãos abastados nas magistraturas municipais e a importância concedida às obras de prestígio como arcos, estátuas e colunas com inscrições honoríficas aos imperadores (*C. I. L.* VIII, 2346; VIII, 2347; VIII, 17882; VIII, 17883; VIII, 17884; VIII, 17886; VIII, 17887); ao *ordo decurionum* (*Ibidem* VIII, 2342) e aos patronos da cidade (A. É.: 1913, 25). Entretanto, o *C. Th.* VI, 22, 2 apresenta uma visão bem diferente daquela delineada pela documentação epigráfica. Uma constituição imperial do final do século IV responde a reclamação do *ordo decurionum* thamugadense que se sentia prejudicado com a recusa de alguns decuriões completarem as *munerae* e as *honores* municipais sob o pretexto que se tornaram *honorati* e, portanto, estarem isentos, o que fazia recair as obrigações em cima dos outros decuriões. Era um caso de deserção de decuriões, que foi decidido favoravelmente ao *ordo* de *Thamugadi* ao estabelecer que os decuriões, que obtiveram ilegalmente a dignidade, pagassem a multa de 30 libras de prata, além de uma quantia em ouro, e assumissem seus encargos municipais. Constituições imperiais, com este mesmo tipo de conteúdo, foram enviadas para outras cidades norte-africanas (Cartago: *C. Th.* XII, 1, 27 e XII, 1, 41; Cirta Constantina: *Ibidem* XII, 1, 29). A contradição entre as informações da documentação epigráfica e as da jurídica pode ser parcialmente explicada pela própria natureza de cada documentação: a primeira de caráter propagandista (Février: 1989, p. 79) e a outra de caráter prescritivo (Lepelley: 1979, p. 25).

O teatro teve um papel destacado na socialização da população daquela época. Vitrúvio (V, 3-10) dedicou-lhe um espaço relevante em seu estudo, onde abordou a escolha do local (considerando-se os ventos saudáveis e a propagação do som), a harmonia da doutrina musical, os vasos de bronze para repercutir a voz de forma eficiente, a forma do teatro, a disposição dos lugares e do pórtico ao teto, as três classes de cenas romanas e as gregas, a eleição de lugares harmônicos, os pórticos atrás do cenário e em frente, na calçada. Em termos arquitetônicos, eram prédios imponentes e que melhor se conservaram nas cidades antigas. Toda cidade possuía ao menos um teatro e as cidades mais importantes possuíam também um anfiteatro. *Thamugadi* enquadrava-se no primeiro caso. Havia uma distinção entre os espetáculos apresentados no teatro e os no anfiteatro. Ao primeiro, eram reservadas as comédias, as tragédias e as mímicas, enquanto que ao outro, as exibições de caráter violento, como os combates de gladiadores (anteriormente realizados no fórum) e as caças de animais (*venationes*). O teatro seguiu a tradição helênica e o anfiteatro foi uma criação específica-

mente romana (Grimal: 1971, p. 76-8). Apesar da origem do teatro ser grega, os romanos fizeram algumas modificações em sua estrutura arquitetônica. O teatro de *Thamugadi* serve como um bom exemplo da nova concepção romana (ver *PLANTA 2*). Tal como no mundo grego, o teatro foi construído no flanco de uma colina, mas seguia os ditames romanos. Os assentos estavam dispostos numa platéia funda, semicircular, a *cavea*, que, como no anfiteatro, estava apoiada numa rede de corredores de galerias com abóbadas. Diante da *cavea*, erguia-se um grande palco construído de tábuas. O antigo *pulpitum*, onde ocorria o espetáculo, foi abaixado. Dos dois lados do palco, havia vestiários e depósitos de acessórios. Quando se trocava o cenário, erguia-se uma cortina escondida no piso do palco. A parede do fundo do palco, a *frons scaenae*, apresentava colunas de mármore e um cenário arquitetônico decorado com andares, portas e janelas. Esta parede erguia-se até o mesmo nível da colunata construída no último degrau da *cavea*. Os atores, às vezes, representavam na *orchestra*, plataforma semicircular num nível abaixo do palco. As *orchestrae* gregas eram circulares. Porém, como no teatro romano não havia coro, a *orchestra* foi reduzida, cedendo seu espaço para o público. As pessoas importantes tinham lugares confortáveis ao redor da *orchestra* ou nos camarotes situados nas entradas laterais. O teatro podia ser coberto por um *velarium* em caso de sol forte ou de chuva; os espectadores também tinham o recurso de se abrigarem nas galerias. Havia também um pórtico quadrangular atrás da *frons scaenae* que servia para passear.



PLANTA 3: Termas do Norte em Thamugadi (Grimal: 1971, fig. 22, p. 92)

Thamugadi oferecia aos seus cidadãos uma das regalias mais apreciadas naquela época, como se deduz por uma inscrição encontrada no pavimento da entrada do fórum thamugadense: "*Venari lavari / ludere ridere / hoc est vita*" ("Caçar, banhar-se e rir, eis o que é a vida") (Lavedan e Hugueney: 1966, p. 475). Havia na colônia 13 termas ou banhos públicos que, além de servirem para a higiene, já que as moradias populares não tinham banheiros privativos, eram também um local onde as pessoas podiam se encontrar, conversar, negociar, fazer ginástica⁶, jogar dados e até ler. Das 13 termas espalhadas pela cidade, a maior era a do norte (ver *PLANTA 3*). Elas atendiam uma população calculada, em seu apogeu, em 15.000 (Lavedan e Hugueney: 1966, p. 434). A edificação das termas demandou a construção de um eficiente sistema de abastecimento hidráulico subterrâneo (Manton: 1988, p. 100). Ao final da tarde, quando a jornada de trabalho encerrara-se e antes do jantar, os cidadãos costumavam freqüentar as termas. O banho compreendia tradicionalmente três fases. Após os cidadãos se despirem no *apodyterium*, seguiam para a sala fria, o *frigidarium*; a seguir, uma tépida, o *tepidarium*; e, por fim, a quente, o *caldarium*, onde a alta temperatura provocava uma sudorese abundante (ver *PLANTA 3*). Depois, podiam ir ao *sudarium*, uma espécie de sauna para transpirar. No caso das Termas Norte, encontra-se uma outra sala, o *laconicum*, cuja temperatura deveria ser mais alta que o *caldarium*. O piso de mosaico das salas mais quentes era suspenso e sustentado por pilares de tijolos criando um espaço chamado *hipocaustum*, onde os gases quentes de uma grande fornalha de bronze circulavam para aquecer as salas (Macaulay: 1989, p. 88). Em todas as salas, havia piscinas e locais para unção com óleos perfumados, massagens e depilação. Elas eram decoradas com mosaicos; dos 235 mosaicos encontrados em *Thamugadi*, 85 provêm de termas ou de seus anexos. Relaxados, os cidadãos podiam se entregar à conversação ou à leitura. "*Bene lava*" (Warot: 1968, p. 169 *apud* Hamman: 1989, p. 27), isto é, "Bom banho !": é a inscrição encontrada entre o *frigidarium* e o *caldarium* de uma das termas de *Thamugadi*.

A população morava nas *insulae*. Era uma forma de alojá-la de maneira econômica. O termo significa ilha pois era um edifício rodeado de ruas. Recebia sua luz de aberturas que davam para a via pública. As *insulae* tornavam possível instalar várias famílias numa mesma casa em diferentes apartamentos. A sua principal característica era a de apresentar andares, aos quais se tinha acesso por escadas que davam diretamente para a rua, fornecendo assim independência aos andares superiores e economizando espaço ao dispensar o *vestibulum* comum. Estes andares geralmente eram construídos com material de pouca resistência, o que causava o perigo de desabamentos e incêndios.

As *insulae* contrastavam em diversos aspectos com as *domus* da elite, construídas com material nobre e ocupando um espaço bem maior. As *domus*, no seu afã de se expandirem, invadiram até mesmo a via pública. Durante o Baixo Império, este processo de apropriação e de desenvolvimento de uma vida privada luxuosa se manifestou com maior intensidade na África Romana. O *balneum* (sala de banho), citado rapidamente por Vitruvius (VI, 8) como um cômodo reservado da *domus*, passou a ser no Baixo Império mais comum e luxuoso, demonstrando o crescimento do sentido do conforto privado em detrimento do coletivo. Desta forma, aumentava-se a autarquia da *domus* e manifestava-se uma hierarquização cada vez mais codificada e o desenvolvimento de um novo pudor em relação ao corpo e aos seus odores (Thébert: 1988, p. 371 e 384). Pode-se também interpretar o aumento do *balneum* nas *domus* como uma consequência da degradação dos serviços públicos no Baixo Império. As *domus* se tornavam cada vez mais opulentas. Em *Thamugadi*, por exemplo, encontramos uma inscrição (B. A. C. T. H. S.: 1907, p. 262) comemorando a restauração de uma *domus*, cujo proprietário se gabava de ter obtido maiores honras e riquezas do que seus antepassados.

A organização e a decoração do espaço doméstico atendiam, além das necessidades privadas de seus moradores, a um estilo de vida romano. A existência de uma comunidade cultural mediterrânea, incentivada pela civilização romana e apoiada no intenso intercâmbio econômico, político e intelectual, ocasionou o desenvolvimento de uma arquitetura e uma decoração privadas características das elites em todo o Império. Como beneficiárias da ordem romana, estas adotaram um marco arquitetônico e decorativo que lhes servia como elemento de identificação e de integração ao permitir-lhes viver em todas as partes à maneira romana. Refletiam assim a sua participação na gestão do Império Romano e afirmavam sua posição privilegiada frente à sociedade local. A homogeneidade social e a cumplicidade política dessas elites foram fatores fundamentais para a perceptível uniformidade das suas arquitetura e decoração domésticas. Vitruvius (VII, 5) apresenta, para cada cômodo da *domus*, uma decoração própria condizente com o seu uso. Para os corredores, o arquiteto recomendou paisagens inspiradas nas condições naturais do lugar; às vezes, imagens de deuses ou cenas lendárias podiam ser representadas. Porém, Vitruvius criticou temas com seres monstruosos ou qualquer outro que fira a lógica e a verdade, como estava então em voga, devido à influência helenística. Para a *exedra* (sala de recepção), a decoração devia reproduzir cenas trágicas, cômicas ou satíricas.

Não se deve erroneamente pensar, porém, numa reprodução mecânica da arquitetura e da decoração por parte da elite norte-africana, que adaptou

o programa arquitetônico romano aos seus interesses, necessidades e condições financeiras. Vitruvius (VI, 8) já atentara para o vínculo existente entre a planta das casas e o *status* social de seu proprietário⁷. Um exemplo da peculiaridade norte-africana é a importância do *peristylum* (galeria de colunas em volta de um pátio) nas suas *domus*, devido à especificidade do clima quente da região, enquanto que, nas romanas, o *atrium* (sala de estar e de recepções) era o centro da casa. Os mosaicos foram uma outra característica da África Romana, trazendo leveza e decorando o ambiente como se fossem afrescos e tapetes. Estavam no chão, nas paredes e no teto com temas florais e figurativos (cenas de caça, de mitos greco-romanos e da vida aristocrática de seus proprietários) particularmente caros à elite. Foram encontrados 33 mosaicos nas *domus* thamugadenses. As mais ricamente decoradas estavam situadas entre as duas principais vias (o *cardo maximus* e o *decumanus maximus*) enquanto que a maior parte das *insulae* eram desprovidas de mosaicos. Um importante aspecto da história do mosaico em *Thamugadi* foi o desenvolvimento de uma oficina, que renovou inteiramente as combinações do estilo florido da época de Adriano e Antonino graças aos florões de acanto, planta espinhosa, cuja abundância invadia todo o campo, dando uma impressão de suntuosidade luxuriante (Picard: 1971, p. 371).

Conclusão

O Império Romano conseguiu durante aproximadamente cinco séculos integrar o mundo mediterrâneo. Para o desenvolvimento do sentido de comunidade entre áreas tão díspares e múltiplas foi necessário estabelecer valores comuns que tiveram maior efetividade política quando foram incorporados às instituições e ao comportamento político-social dos membros da comunidade (Deutsch *et alii*: 1966) e tomaram corpo em obras visíveis. Mais que a coerção militar, o Império teve que desenvolver estratégias que mantivessem unidas estas regiões. A construção de cidades foi uma delas, principalmente nas províncias ocidentais, onde a tradição urbana não era tão desenvolvida como no Oriente. As cidades atraíam as populações nativas tanto pelas comodidades urbanas como pelos privilégios políticos e econômicos que podiam oferecer aos seus habitantes. Os centros urbanos não trouxeram apenas modificações no *habitat*, mas, principalmente, novas concepções de modo de vida e de organização política e social para as populações locais. A cidade foi a célula-base do sistema imperial romano tanto no plano político como no econômico, social e cultural, constituindo-se portanto no centro de radiação de romanidade. Sendo a civilização romana em grande parte urbana, o grau de romanização de uma província podia ser medido pela sua concentração de cidades. Foi através de uma malha ur-

banas que Roma assegurou em parte a integração da região mediterrânea. Aproveitando-se das cidades já existentes e criando novas, Roma procurou difundir seus valores e estilo de vida nos territórios conquistados. O Império Romano, produto de um único centro urbano, foi em si mesmo uma vasta empresa construtora de cidades. Daí, a preocupação de se elaborar princípios arquitetônicos gerais, que fornecessem *a priori* soluções fáceis e uniformes aplicáveis à construção de cidades nas mais diversas regiões, tal como ocorreu com a colônia de *Thamugadi*. A *Urbs*, a cidade por excelência, serviu como paradigma para as cidades já existentes e, principalmente, para aquelas que foram criadas, as colônias fundadas por cidadãos romanos.

As colônias eram uma imagem de Roma, reproduzindo as instituições, os cultos e os monumentos da cidade-mãe. Ao expor os principais preceitos arquitetônicos, que deviam ser seguidos em Roma, Vitruvius elaborou um padrão para a construção ideal de cidades e edifícios, fossem eles privados ou públicos. Entretanto, havia espaço para o elemento local que era incorporado ao modelo romano, fazendo-se adaptações ao programa arquitetônico dominante. *Thamugadi* foi o lugar de encontro e de contato tanto entre gente da montanha e a da planície como entre Roma e os berberes. Deste duplo papel, a cidade tirou sua fisionomia: da colônia romana, ela possuía o equipamento tradicional (fórum, basílica, cúria, templos oficiais, pórticos, arcos e portas monumentais) inserido num espaço um pouco rígido que perdeu seu caráter geométrico com o passar dos séculos; de seu papel de ponto de encontro, tinha seus mercados, suas praças e seus locais de prazer, como o teatro e as termas.

Notas

¹ Há uma controvérsia quanto a época certa da fundação. Para Lepelley (1981, p. 444) e Lavedan & Huguency (1966, p. 431) o ano seria 100, para Manton (1988, p. 99) seria 101. Neste aspecto, sigo a posição Raven (1984, p. 79) que apenas indica a época aproximada.

² A captação da nascente da água era vital para o homem (*Vitruvius* VIII, 4). Por isso, neste lugar, em *Thamugadi*, se edificou um santuário: o templo de *Aqua Septimiana Felix*. Na cidade, a água era armazenada nos castelos de água (*castellum*), reservatórios sobre os quais Vitruvius (VIII, 7) deixou prescrições. Três tipos de canalização partiam deste castelo: uma para as fontes públicas, a segunda para as termas e última para as casas particulares, que pagavam por este privilégio. Em caso de racionamento, devia se dar prioridade para o bem da maioria: cortar a água primeiro das casas particulares, depois das termas e, por último, das fontes.

³ Existem diversas hipóteses sobre a origem do *cardo* e do *decumanus* entre os romanos: produtos do desenvolvimento da urbanística vilanoviana (autoctonismo) ou da urbanística etrusco-grego ou, principalmente, da etrusca (Lavedan e Huguency: 1966. pp. 340-1).

⁴ Este cargo também é mencionado na inscrição epigráfica do *C. I. L. VIII, 17896*, que é um edito emitido pelo cônsul da Numídia durante o governo de Juliano, *Ulpius Mariscianus*, cuja primeira parte trata do *ordo salutationis* (a ordem da presença) que devia ser observada nas audiências solenes em que se saudava o governador. O flâmine provincial vinha após os titulares de dignidade imperial e os chefes da administração provincial.

⁵ Na mitologia grega, um sátiro que se apoderou da flauta inventada por Atena e tornou-se um flautista de tal maneira exímio que desafiou Apolo para uma competição, ficando acertado que o vencedor trataria o vencido como lhe aprouvesse. As Musas deram a vitória a Apolo que amarrou Marsias numa árvore e esfolou-o ou mandou esfolá-lo em vida (Harvey: 1987, p. 328).

⁶ Grimal (1971, p. 89) considera as termas uma invenção romana derivada do ginásio helênico.

⁷ Vitruvius (VI, 8) distingue o *vestibulum* de um proprietário remediado daquele que possuía fortuna, pois este, devido aos seus compromissos sociais, devia estar preparado com um *vestibulum* espaçoso para receber os seus clientes que iriam lhe prestar homenagens. Na mesma passagem, o arquiteto aponta a *basilica* como um componente das *domus* de nobres e magistrados, necessária para audiências que estes concediam aos cidadãos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. Documentação:

BULLETIN ARCHÉOLOGIQUE DU COMITÉ DES TRAVAUX HISTORIQUES ET SCIENTIFIQUES. Paris, 1907.

CODEX THEodosIANUS. *The Theodosian code and novels, and the Sirmodian*. transl. C. Pharr, T. S. Davidson & M. B. Pharr. Princeton: Princeton University Press, 1952.

CORPUS INSCRIPTIONUM LATINARUM. v. VIII: *Inscriptiones Africae Latinae*. 1. pte.: *Inscriptiones Africae Proconsularis et Numidae*. org. Gustavus Wilmanns. Berlin: Georgium Reimerum, 1881.

DESSAU, H. *Inscriptiones Latinae selectae*. 3. ed. 3 v.. Berlin: Weidmannos, 1962.

KOLBE, H.-G. *Die Statthalter Numidiens von Gallien bis Konstantin (268 - 320)*. Munich, 1962.

L'ANNÉE ÉPIGRAPHIQUE. Paris, 1895 / 1906 / 1913 / 1949 / 1954.

PLANTA BAIXA: Timgad (*Thamugadi*), na Numídia. In: AUBOYER, J., AYMARD, A. *Roma e seu Império*. v. 2: As civilizações da unidade romana. trad. P. M. Campos. 4. ed. São Paulo - Rio de Janeiro: DIFEL, 1976. fig. 11, p. 226. (dir. Maurice Crouzet. Col. História Geral das Civilizações, 4)

TITUS LIVIUS. *Ad Urbe condita libri*. v. I. trad. P. M. Peixoto. São Paulo: Paumape, 1989. (Col. Biblioteca Paumape de História)

VITRUVIUS, M. L. P. *De Architectura*. trad. A. Blánquez. Barcelona: Iberia, 1955.

2. Bibliografia:

ACTES DU COLLOQUE DE L'ÉCOLE FRANÇAISE DE ROME. Rome, 3-5 décembre 1987. *L'Afrique dans l'Occident Romain* (Ier. siècle av. J.-C. - IVe. siècle ap. J.-C.). Rome: École Française de Rome, 1990. (Coll. École Française de Rome, 134)

BARTON, I. M. *Africa in the Roman Empire*. Accra: Ghana Universities Press, 1972.

BOISSIER, G. *L'Afrique Romaine; promenades archéologiques en Algérie et en Tunisie*. 6. ed. Paris: Hachette, 1901. (Bibliothèque d'Histoire)

CHEVALLIER, R. *Les voies romaines*. Paris: Armand Colin, 1972.

Ve. COLLOQUE INTERNATIONAL SUR L'HISTOIRE ET L'ARCHÉOLOGIE DE L'AFRIQUE DU NORD. Avignon, 1990. *Afrique du Nord Antique et Médiévale*; spectacles, vie portuaire, religions. Paris: Comité des Travaux Historiques et Scientifiques, 1992.

CLAVEL-LÉVÊQUE, M., LÉVÊQUE, P. *Villes et structures urbaines dans l'Occident Romain*. 2. éd. Paris: Les Belles Lettres, 1984. (Centre de Recherches d'Histoire Ancienne, 52)

DEUTSCH, K. W. *et alii. Integración y formación de comunidades políticas; análisis sociológico de experiencias históricas*. Buenos Aires: Instituto para Integración de América Latina, 1966.

FÉVRIER, P.-A. *Approches du Maghreb Romain; pouvoirs, différences et conflicts*. 2 v. Aix-en-Provence: ÉDISUD, 1989 / 1990.

- GARCIA BELLIDO, A. *Urbanística de las grandes ciudades del mundo antiguo*. Madrid: Instituto Español de Arqueología del Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1966.
- GASCOU, J. *Politique municipale de l'Empire Romain en Afrique Proconsulaire de Trajan à Septime Sévère*. Rome: École Française de Rome, 1972. (Coll. École Française de Rome, 8)
- GREENE, K. *The archeology of the Roman economy*. London: B. T. Batsford, 1986.
- GRIMAL, P. *Les villes romaines*. Paris: Presses Universitaires de France, 1971. (Coll. Que sais-je?, 657)
- HAMMAN, A. *Santo Agostinho e seu tempo*. trad. A. Cunha. São Paulo: Paulinas, 1989. (Col. Patrologia)
- HARVEY, P. *Dicionário Oxford de literatura clássica grega e latina*. trad. M. da G. Kury. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1987.
- KHADER, A. B. A. B., SOREN, D. *Carthage: a mosaic of Ancient Tunisia*. New York - London: W. W. Norton, 1987.
- LAVEDAN, P., HUGUENEY, J. *Histoire de l'urbanisme; Antiquité*. 2. ed. Paris: H. Laurens, 1966.
- LEPELLEY, Cl. *Les cités de l'Afrique Romaine au Bas Empire*. v. 1: La permanence d'une civilisation municipale. v. 2: Notices d'histoire municipale. Paris: Études Augustiniennes, 1979 / 1981.
- LESCHI, L. *Algérie antique*. Paris: Flammarion, 1952.
- MACAULAY, D. *Construção de uma cidade romana*. trad. C. de Castro. São Paulo: Martins Fontes, 1989.
- MAHJOUBI, A. O período romano e pós romano na África do Norte. pte. 1: O período romano. In: MOKHTAR, G. (coord.). *História geral da África*. v. 2: A África Antiga. trad. C. H. Davidoff et alii. São Paulo - Paris: Ática - UNESCO, 1983. pp. 473-509.
- MANTON, E. L. *Roman North Africa*. London: Seaby, 1988.
- MORIZOT, P. *L'Aurès et l'olivier*. ANTIQUITÉS AFRICAINES 29: 177-204, 1993.
- PICARD, G.-Ch. La mosaïque. *Revue des Études Latines* 49: 371-5, 1971.
- IVe. COLLOQUE INTERNATIONAL D'HISTOIRE ET D'ARCHÉOLOGIE DE L'AFRIQUE DU NORD. Strasbourg, 1988. v. 2: *L'armée et les affaires militaires*. Paris: Comité des Travaux Historiques et Scientifiques, 1991.

- RAVEN, S. *Rome in Africa*. 2. ed. London - New York: Longman, 1984.
- SAUMAGNE, C. Le plan de la colonie de Timgad. *Cahiers de Tunisie*: 506-8, 1962.
- THÉBERT, Y. Vida privada y arquitectura doméstica en el Africa Romana. In: ARIÈS, Ph., DUBY, G. (coord.). *Historia de la vida privada*. v. 1: Del Imperio Romano al año mil. trad. F. Pérez Gutiérrez. Madrid: Taurus, 1988. pp. 304-401.